

180Solicitada por: CGHCSVP				Data: 29/01/2025			
Ministrado por: Clóvis W. Fontenla				Início: 15h00			
Local: Via Sistema ZOOM				Término: 17h40			
Participantes em reunião: 25							
PARTICIPANTES CONVOCADOS	REPRESENTAÇÃO	Presença		PARTICIPANTES CONVOCADOS	REPRESENTAÇÃO	Presença	
		Sim	Não			Sim	Não
Adilson A. F. Dias	Cons. Usuário	X					
Maria C. Buoni Cunha	Cons. Usuário	X		Lenira F. Soares	Supl. Usuário		X
Cleber R. de Oliveira	Cons. Usuário	X		Cleverson I. Teixeira	Supl. Usuário		X
Clodoaldo F. Dias	Cons. Usuário	X		Isabel M. S. Franco	Supl. Usuário	X	
Ivete de Campos	Cons. Usuário	X		Jose M. de Azevedo	Supl. Usuário	X	
Wilson HS Conceição	Cons. Usuário	X					
Agostinho P. Campos	Rep. Micro-Região	X					
Ralf M. de Carvalho	Rep. COMUS		X	Thaiza S. C. P. Soares	Supl. COMUS	X	
Camila B. Moreira	Rep. Trabalhadores	X		Vanessa C.P. Donadon	Supl. Trabalhadores		X
Selma R. R. de Melo	Rep. Trabalhadores	X		Cleberson de S. Silva	Supl. Trabalhadores		X
Gabriel V. Nabas	Rep. Trabalhadores	X		Pedro Nardir Monteiro	Supl. Trabalhadores		X
Beatriz L. de Castro	Rep. Assoc. Trab.		X	Andrea Tropea	Supl. Assoc. Trab.	X	
Matheus Gomes	Rep. do H.C.S.V.P.	X		Tatiane C. G. Keller	Supl. Rep. H.C.S.V.P.	X	
Alexandre Mezei	Rep. do H.C.S.V.P.	X		Kleber Fernando Garcia	Supl. Rep. H.C.S.V.P.	X	
Clóvis W. Fontenla	Rep. Dir. Estatut.	X		Cláudio Roberto Mariano	Supl. Rep. Dir. Estatut.	X	
Marcel A. de Oliveira	Rep. Adm. Pública		X	Lucimara L. Mantovani	Supl. Rep. Adm. Pública		X
Faltas Justificadas: 2							
Convidados: João Bosco, Amauri Liba, Dalva e Rafael							
Pauta:							
1. Justificativa de falta							
2. Deliberação da ata da reunião Ordinária (dezembro/2024)							
3. Apresentação dos novos representantes da Administração Pública – (UGPS)							
4. Prestação de contas do 3º quadrimestre de 2024							
5. Deliberação do Convênio Prontos Atendimentos (Central, Retiro e Hortolândia)							

1 Sr. Clóvis anuncia que um conselheiro está gravando a reunião online, dando início à reunião ordinária
2 do Conselho Gestor do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo do dia 28 de janeiro de 2025, realizada
3 de forma online via plataforma ZOOM, com uma oração pelos pacientes, conselheiros e a nova
4 Administração Municipal que tomou posse. Iniciando o primeiro item de pauta: **justificativas de faltas**
5 da Sra. Lenira e o Sr. Ralf Milani. Iniciando o segundo item de pauta: **Deliberação da ata da reunião**
6 **Ordinária (dezembro/2024)**. Conselheiro Wilson pede a palavra e menciona que tem receio de falar e
7 sua fala ser adulterada da gravação. Desejo questionar a secretária Valéria sobre o meu pedido de
8 recebimento da ata, que frequentemente me diz que devo falar com o Sr. Alexandre. Esta escolha foi
9 tomada pela Secretária Valéria, pela Prefeitura, pela Superintendência ou pelo hospital São Vicente de
10 Paulo. Presidente Clóvis diz que a Sra. Valéria, é uma funcionária do hospital e, secretária do Conselho
11 Gestor e não tem nenhum poder. A decisão é sempre tomada pela plenária, não por nenhum conselheiro
12 ou presidente do conselho. É por isso que a ata é aprovada na reunião plenária e a reunião é gravada.
13 Todos os pedidos são feitos através da secretaria executiva, podendo também ser solicitados pelo

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 2 de 10</i>	

14 Ministério Público ou pelo poder Público. Está tudo gravado, e é enviado a notificação pela plataforma
15 zoom da gravação. A ata é aprovada para confirmar se existe algum erro entre os participantes da
16 reunião. A ata não deve ser um texto literal, pois se não se transforma em um livro, é um resumo. Você
17 tem o direito de solicitar os documentos e tudo mais, como qualquer entidade, incluindo a prefeitura e
18 os vereadores. É possível solicitar através da secretaria executiva. Eu presidente, a colaboradora Valéria
19 e o superintendente não possuímos essa autoridade sem o consentimento dos conselheiros. Você pode
20 contestar, afirmar que eu estou falando uma mentira. Cada conselheiro pode expressar-se como quiser,
21 porém, pode solicitar à secretaria executiva que verifique se seus direitos como conselheiro estão sendo
22 respeitados. Presidente Clóvis, pergunta, algum conselheiro interessado em corrigir a ata? Pergunta,
23 conselheiro Wilson, gostaria de fazer alguma alteração? Se a intenção é fazer discurso político, fique à
24 vontade, mas em outros setores. Sr. Wilson responde e diz deixa de hipocrisia Padre, que discurso
25 político. Peço para a Sra. Valéria me responder. Presidente Clóvis afirma que a Sra. Valéria não é
26 conselheira, é secretária do Conselho Gestor, isso pode considerar assédio moral, já que você está
27 gravando, ela é uma funcionária e tem seus direitos trabalhistas. Sr. Wilson interrompe constantemente
28 a fala do Presidente. Presidente Clóvis informa que já concedeu os dois minutos para o conselheiro se
29 manifestar. Conselheiro Wilson questiona e afirma que vários artigos do código penal estão sendo
30 violados, posso falar, é um direito meu. Presidente Clóvis diz que o conselheiro dispõe de dois minutos
31 para se expressar. Conselheiro Wilson diz que está sendo aprovada uma ata que deve ser fiel ao
32 conteúdo da gravação, isto é, com todas as suas informações completas, ou pode ser modificada para
33 remover alguns vícios que possam consumir muito tempo. Agora, suprimir informação, suprimir aquilo
34 que ocorreu na reunião passada e inserir na ata informações alteradas. Isso é um crime? O senhor
35 provavelmente desejará prosseguir interrompendo o que estou tentando realizar aqui. Ou você também
36 será o bispo. Presidente Clóvis, solicita ao conselheiro que indique qual é a correção necessária para a
37 ata ser corrigida. Sr. Wilson diz quero esclarecer que o hospital São Vicente é um hospital conveniado
38 com a prefeitura. Como conveniados, não tratem os conselheiros como empregados. Respeitem o
39 conselho para a prestação de contas, na reunião plenária do dia dezessete, após a Sra. Valéria ter lido a
40 ausência dos conselheiros e aprovado a ata de novembro, o conselheiro Ralf solicitou que o ofício
41 enviado pelo COMUS fosse lido. O conselheiro Alexandre afirmou que, como o ofício foi enviada após a
42 reunião plenária, deveria ser encaminhada para as comissões. No entanto, as reuniões das comissões
43 ocorreram em janeiro e nada foi informado. Então o conselheiro Alexandre mentiu quando disse que a
44 enviou. Ele declarou: "encaminhei". Essa é a razão pela qual ele mentiu. Esta informação diverge da ata
45 referente ao mês de dezembro. Presidente Clóvis informa que deu os dois minutos do conselheiro
46 Wilson. Conselheiro Wilson afirma que fará uma ligação para a polícia militar. Por solicitação do
47 Presidente Clóvis, o áudio do conselheiro Wilson é desligado e, por respeito, a fala agora passa para a
48 Conselheira Thaiza. O conselheiro Wilson fez a reclamação, que será registrada em ata que o conselheiro
49 Alexandre mentiu. Neste momento, a Conselheira Thaiza está levantando a mão. Ela tem o direito de
50 falar agora, pois já excedeu os dois minutos de fala. Sra. Thaiza, diz considerando o que está sendo
51 exposto neste começo de reunião, solicito a interrupção da votação deste item da pauta, para que todos
52 possam compreender o que está ocorrendo e confirmar se na reunião anterior houve realmente
53 supressão de informações. Apesar do excesso de fala do conselheiro Wilson, todos nós temos o bom
54 senso de considerar. Assim, solicito que a decisão deste item de pauta seja adiada para uma próxima
55 reunião ordinária ou, se necessário, com o consentimento de todos, podemos realizar uma reunião
56 extraordinária. Apenas para ajustar e validar esse item. Sra. Maria Cleuza diz que não recebeu a ata. Sra.
57 Valéria informa que foi enviado a todos os conselheiros no dia 21/01/2025. Sra. Thaiza, Sra. Maria
58 Cleuza e Sr. Agostinho afirmam que não receberam. Conselheiro Cleber solicita a palavra e diz posso
59 sugerir algo até para encerrar o assunto e prosseguirmos, pois caso contrário, isso pode se agravar. O
60 conflito é se a ata foi ou não remetida. O e-mail confirma que foi enviado. Possivelmente, os conselheiros

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 3 de 10</i>	

receberam alguma mensagem na caixa de spam, mas Valéria, basta reenviar. Eu acho que não precisamos causar tumulto logo no começo da reunião por causa da ata. Basta pedir novamente, isso ocorre aqui, no COMUS, em qualquer conselho. Aqueles que não receberam devem verificar a caixa de spam e, caso não tenha caído, basta informar que não receberam. Foi enviada em 21/01/2025, agora esperam chegar a reunião para comunicar que não receberam. Por que não enviaram um WhatsApp declarando, preferem vir aqui no conselho para causar tumulto, brigar e gritar, é desnecessário esse tipo de politização de tudo que ocorre no hospital. A questão é se devemos ou não aprovar a ata, lê a ata e deixamos a aprovação para o final. Sr. Wilson afirma que solicitou a ata, mas foi negado, tudo que o Sr. Alexandre falou é inverdade, ele mente vocês estão prevaricando o crime do artigo 171 que é omissão, supressão de documentos, ele está ocultando documentos. E vocês não estão nem aí, serão coniventes a isso. Presidente Clóvis informa que concedeu os dois minutos de fala ao conselheiro e diz: "Você está acusando e está sendo gravado, seu questionamento será registrado". Solicito que seja novamente desligado o áudio do conselheiro Wilson. Este adendo será adicionado a esta ata contendo essas reclamações, acusações de falsidade e leis. Trata-se de uma ata gravada em vídeo. Sr. Cleber diz que o conselheiro Wilson pode pedir para comissão de Ética avaliar o seu pedido. Presidente Clóvis responde eu sei que é estratégia política. Agora é aprovar ou não a ata. E acrescentará um adendo afirmando que o conselheiro Alexandre é mentiroso e que alguns conselheiros não receberam a ata em seus e-mails. E pode ser registrado na secretaria executiva. Em relação ao envio de atas, enviar de todas as maneiras possíveis, seja por WhatsApp, e-mail ou correspondência. Para que esse problema, não ocorra novamente durante este ano. O Conselheiro Wilson interrompeu novamente a fala do Presidente Clóvis, declarando que todos que aprovarem isso é crime de falsidade ideológica. Conselheira Maria Cleuza, solicita a continuação da reunião, pois existem temas mais relevantes a serem abordados, pois há pacientes em estado terminal. Sr. Wilson diz ok, e pronuncia a palavra "hipócrita". Sr. Matheus propõe colocar em votação. Sr. Wilson diz vocês estão violando o Código de Ética e o Regimento Interno, onde está o departamento jurídico? Não é o presidente que precisa se manifestar. Presidente Clóvis diz já que está havendo debate vou colocar em votação se aprova ou não a ata. **Iniciando a votação da aprovação da ata:** Adilson não aprova, Maria Cleuza não aprova, Cleber aprova, Clodoaldo não aprova, Ivete aprova, Wilson não aprova, Agostinho não aprova, Thaiza não aprova, Matheus aprova, Alexandre aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Andrea aprova, Clóvis aprova, totalizando: 9 votos que aprovaram a ata, 6 que não aprovaram, sendo assim, a ata da reunião ordinária de dezembro/2024 foi aprovada. Presidente Clóvis solicita que a ata seja enviada por e-mail e WhatsApp, para evitar que isso se repita. Sr. Cleber diz tem que ir para a comissão de Ética e Conduta. O que o conselheiro Wilson está colocando é falta de informação num documento oficial. Para isso, tem que ser analisado pela comissão. Presidente Clóvis diz que a secretaria executiva vai analisar esse pedido. **Iniciando o terceiro item de pauta: Apresentação dos novos representantes da Administração Pública (UGPS),** tendo como representante titular o Sr. Marcel Augusto de Oliveira, suplente a Sra. Lucimara de Lima Mantovani. Sra. Thaiza pede a palavra e afirma eu apenas solicito respeito ao conselheiro que levanta a mão para falar, pois este tumulto é tão desagradável. E é o conselheiro cortando o microfone e ligando. Falando junto com o Presidente, como você sabe, é desrespeitoso. Isso acontece com a gente sempre que preciso falar e é crucial que os outros levantem a mão. Aguarde o Presidente chamar, pois conselheiro Cleber e outros gritam e falam alto, o que é um desrespeito. Apenas solicito que haja ordem. Sr. Cleber responde gostaria de descobrir onde eu gritei. O conselheiro Wilson que grita e ela fala que foi eu. Presidente Clóvis diz que a concepção da conselheira Thaiza é adequada em relação ao respeito e à educação. Cada um tem dois minutos para falar, e é isso que é o mais relevante. **Iniciando o quarto item de pauta:** Prestação de contas do 3º quadrimestre de 2024. Sr. Alexandre inicia a apresentação lembrando que passou pela comissão administrativa e financeira e obteve o parecer favorável, destacando que os PAs Central, Retiro, Hortolândia e Ponte São João superaram as metas estabelecidas nos meses de setembro,

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 4 de 10</i>	

outubro, novembro e dezembro. No convênio hospitalar: atendimento ambulatorial, internações clínicas e internações cirúrgicas superaram as metas estabelecidas. As metas qualitativas atingiram a pontuação máxima em todos os indicadores. Dados estatísticos são apresentados: internações por município o percentual de ocupação, atendimento domiciliar, sessões de quimioterapia, sessões de radioterapia, SADT. Conclui a apresentação apresentando as cirurgias realizadas durante o mutirão, num total de 2.078 cirurgias realizadas. Sr. Amauri Liba inicia a apresentação do fluxo financeiro de todas as entradas e saídas dos seguintes convênios: Hospitalar, ESF, ESF – Dengue, SAEC/SAMU, Radioterapia, PAs Central, Retiro e Hortolândia, PA Ponte São João, PA Ponte São João implantação, complexo Progresso implantação e Cirurgias eletivas. Finalizando a apresentação é aberto para esclarecer as dúvidas. Conselheira Thaiza pede a palavra e diz ter conferido seu e-mail e a pasta de spam, mas não encontrou a ata nem os documentos. Tenho uma pergunta sobre esse fundo de reserva do décimo terceiro. Como ele funciona? No entanto, pelo que entendo de administração de forma básica, você sempre faz uma pequena poupança de um doze avos do salário do funcionário, é isso? Para no final do ano, realizar pagamento do décimo terceiro. Apenas não fui capaz de entender claramente essa pequena informação. Sr. Amauri liba responde sim, essa reserva existe, a prestação de contas é baseada no regime de caixa, portanto, é o dinheiro que entra e sai. Quando o convênio terminou, havia um saldo de décimo terceiro, que foi utilizado nas datas apropriadas para o pagamento do décimo terceiro. Porque é realizado através do regime de caixa, totalmente contabilizado. A previsão para as férias e o décimo terceiro é feita todos os meses. No entanto, a nossa prestação de contas é baseada em entradas e saídas de dinheiro. Sra. Thaiza solicita que o título de informação seja incluído na ata. Sr. Wilson solicita uma explicação e diz no site do hospital, aparecem os cargos e os salários, e o valor apresentado de 66 milhões é referente ao pagamento de funcionários com recursos públicos. É isso? Sr. Amauri esclarece que o custo com pessoal representa o total pago aos funcionários do hospital, incluindo décimo terceiro salário, férias, salário e todas as verbas de benefício. Sr. Wilson diz que foi apresentado, mas os cargos que foram pagos com recursos públicos, nem todos estão disponíveis no site. Gostaria de compreender por que no PA Central existem 149 funcionários e um jovem aprendiz, enquanto no PA Hortolândia existem 87 funcionários e dois jovens aprendizes, enquanto no PA Retiro existem 37 profissionais e dois jovens aprendizes. Gostaria de compreender essa diferença. Sr. Amauri Liba responde e esclarece que esse é um dado técnico. Ao elaborar um plano de trabalho, é necessário ajustar a quantidade de pessoas de acordo com a necessidade, ou seja, ajustar os cargos e as pessoas. Sr. Wilson afirma que precisa compreender por que, em 2022, enfrentamos um problema significativo no Samu e Saec, que só comportava um jovem aprendiz para cada. Eu apresentei na reunião e não fui informado, o conselheiro Alexandre me chamou para uma sala separada para me levar na lábia. Mas não levou, eu não encontrei o funcionário fantasma e até hoje não prestaram contas para o conselho. Sr. Alexandre responde ao conselheiro Wilson em cada plano de trabalho é realizado um estudo para identificar a necessidade de cada profissional para cada PA. Todos os cargos listados no plano de trabalho foram cuidadosamente estudados para determinar a necessidade de profissionais. Existe uma quantidade de jovens aprendizes que o hospital necessita, que são distribuídos pelas diversas áreas e a equipe identificou a necessidade desses aprendizes. Sra. Maria Cleuza solicita a palavra e diz que é necessário reavaliar a contratação de cargos, priorizando funções essenciais em vez de salários mais altos, pois estamos em um período de contenção de despesas. Estou assistindo a cada vez mais pessoas morrendo de câncer sem tratamento, pacientes de 2023 que foram encaminhados para cuidados paliativos sem sequer passar pelos exames pré-operatórios. A situação que ficou a Prefeitura é inadmissível, sem condições. Solicito a ajuda do hospital, necessitamos de serviços para a população e toda a verba que entrar investir em leitos de oncologia. Falta profissionais de enfermagem, auxiliares e técnicos de enfermagem. Peço auxílio do conselho, COMUS e da Prefeitura. É necessário salvar vidas, recebemos casos todos os dias, algumas famílias já possuem liminares no Ministério Público, essa é a minha opinião

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 5 de 10</i>	

155 e compreendo que agora não há recursos para nada. Sr. Cleber solicita a palavra e declara sua
 156 solidariedade à conselheira Cleusa, em relação ao que ela está dizendo. Contudo, a minha questão é: no
 157 ano passado, isso foi incluído no plano Municipal de Saúde? Todas as orientações sobre o que ocorreria
 158 na saúde este ano, incluindo o orçamento e a receita da Secretaria de Saúde, que poderiam atingir até
 159 um bilhão de reais. De repente, acabou o dinheiro, hoje não há dinheiro para nada. Poucos estão cientes,
 160 mas saiu um edital do Gustavo Martinelli, em parceria com a Secretaria de Saúde, anunciando que
 161 pretende remover os vicentinos do hospital São Vicente. Em outras palavras, após cento e vinte e dois
 162 anos, os vicentinos não têm mais utilidade para permanecer aqui e pretendem trazer uma OS. Uma nova
 163 empresa para administrar toda a saúde de Jundiaí. A minha questão para vocês é, considerando o plano.
 164 O que está sendo realizado atualmente e o que foi estabelecido. Isso não foi aprovado nem no Conselho
 165 Municipal de Saúde, nem em qualquer outro órgão de conselho. Como ficará a saúde de Jundiaí, já que o
 166 hospital São Vicente está sendo cobrado pelo dinheiro. No entanto, a verba do hospital São Vicente é
 167 proveniente da Secretaria de Saúde, da Prefeitura, portanto, precisamos cobrar isso da Prefeitura. Por
 168 que esse repasse foi reduzido agora? Nunca vi um conselheiro vir aqui e questionar: onde está o plano
 169 Municipal de Saúde aprovado no ano passado? Nenhum conselheiro veio aqui e expressou essa pergunta
 170 ao novo Secretário. Por que foi necessário ajustar os recursos da saúde e reduzir quase trinta por cento
 171 o repasse para a saúde de Jundiaí. A única informação que temos é que o hospital São Vicente não está
 172 funcionando. O hospital depende de fundos públicos, não de recursos próprios. Concordo que é um
 173 estado de alerta, pois quem sofre de câncer não pode aguardar, pois o câncer mata. Isso é um cenário
 174 alarmante para todos. No entanto, também precisamos pressionar os responsáveis para que esse
 175 recurso chegue ao hospital São Vicente e forneça a infraestrutura necessária para o funcionamento do
 176 hospital. Agora dizer que a culpa é do hospital São Vicente. No entanto, o hospital São Vicente sobrevive
 177 de repasse público. Sim, ele é uma entidade privada cadastrada na Prefeitura há cento e vinte e dois
 178 anos. Atualmente, no edital mencionado, há uma abertura para o terceiro setor, isto é, para que outras
 179 empresas possam administrar a saúde de Jundiaí, incluindo o hospital São Vicente. Também precisamos
 180 saber como está a saúde em Jundiaí, já que o dinheiro não está chegando. O hospital não está atendendo
 181 por falta de dinheiro. O hospital tem um custo mensal de vinte e dois milhões de reais. Então você me
 182 tira 30% da saúde de Jundiaí. O efeito mais significativo será sentido no São Vicente. O único que atende
 183 alta complexidade. Não existe outro que atenda seis cidades, não é só Jundiaí. Portanto, acredito que
 184 devemos unir forças. Conforme a conselheira Cleusa mencionou, todos os órgãos são responsáveis, não
 185 apenas o hospital São Vicente. Convidar a Secretaria de Saúde e discutir com eles. Entender porque
 186 ocorreu essa reestruturação financeira. Sra. Thaiza solicita a palavra e esclarece que, quando a lei de
 187 diretrizes orçamentárias foi apresentada na Câmara Municipal, com a diminuição do valor destinado à
 188 saúde pelo Município, a redução de ICMS, que antes era de quase 30%, passou para 24.49. É crucial
 189 mencionar que o encontro ocorreu em dezembro do ano passado. Na administração anterior de Luiz
 190 Fernando Machado e José Antônio Parimoschi, inclusive durante a apresentação, proferi uma
 191 intervenção em favor da saúde. A data coincidiu com a reunião plenária do COMUS. É crucial também
 192 compreender e evitar cometer o crime de responsabilizar uma gestão recém-empossada. Entenda que
 193 toda essa diminuição da receita municipal destinada à saúde foi aprovada pela gestão anterior para este
 194 ano. Isso é um detalhe. Nada foi submetido ao Conselho Municipal, conforme estabelecido em algumas
 195 leis de organização e representação social, como a Lei 8.142, a Lei 8080, de 1990. Esta é a legislação
 196 fundamental do SUS. É crucial que o Conselheiro Cleber compreenda isso, peço a todos que registrem
 197 isso na Ata. Exatamente a fala do Conselheiro Cleber e a minha, pois é extremamente relevante e
 198 essencial o que expressamos. E para evitar qualquer ilação ou injustiça, Padre Clóvis, aproveitando a
 199 fala do Sr. Cleber, conselheiro em um equipamento de saúde como a Upa do Vetor Oeste, onde há uma
 200 licitação constante para uma empresa administrar, se isso for mais benéfico para os cofres públicos e
 201 para o serviço, por que não fazer? Não se trata de perseguição, mas sim de atos administrativos. Outro

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 6 de 10</i>	

exemplo é o contrato do hospital São Vicente com o NIS e o hospital Santa Eliza, cujo término não foi comunicado ao conselho local nem ao Municipal. Portanto, não se pode culpar uma administração que está assumindo, que passou por um curto período de transição. Como conselheira do hospital, tenho dito o cerceamento da minha voz nas comissões. Fiz uma denúncia e registrei, mas não consegui expressar. Cleusa, a conselheira titular não pode falar, inclusive eu estava presente no dia como titular, e me negaram o direito de titularidade. Eu não represento qualquer segmento, represento o Conselho Municipal no Conselho do São Vicente, portanto, precisamos ter muito cuidado com o que está ocorrendo. Estão ocorrendo alterações administrativas. Eu, como conselheira do equipamento e do Conselho Municipal, não estou recebendo nenhuma informação. Às vezes, quando eu pergunto não pelo Senhor Presidente, sou prontamente impedida, seja pelo coordenador, pelo representante legal Administrativo do hospital ou pelo conselheiro Cleber. Eu até aproveito para questionar qual segmento ele representa, se é gestão, trabalhador ou usuário. É claro que devemos respeitar todos e ter muito cuidado com o que dizemos para evitar qualquer injustiça. Aproveito para dizer à conselheira Cleusa que pode contar com essa sua conselheira, apesar de não ter muito espaço nas comissões do hospital. No entanto, tenho os direitos respeitados dentro do COMUS. Sr. Cleber responde e afirma que, como fui mencionado nominalmente, possuo o direito de resposta, apenas para constatar meu segmento é dos usuários. Ao mesmo tempo, a Conselheira Thaisa e o Conselheiro Cleber falam. Conselheiro Cleber diz que, há dez minutos, ela solicitou ordem e agora ela atropela. Presidente Clóvis diz que está autorizando porque foi mencionado, temos assuntos em pauta para prosseguir. Sr. Cleber responde sim, vou cumprir meus dois minutos. O que acontece se o Presidente declarar que eu não tenho direito, eu não falo. O Presidente do Conselho deve falar, e não a conselheira. Apenas para registrar em ata a minha declaração, reitero. Um plano Municipal de saúde foi aprovado e, até o momento, não entrou em vigor. Chegaremos a dezembro e o que se falará é sobre a administração de Luiz Fernando Machado e do José Antonio Parimoschi, encerrou a política. Agora, precisamos examinar a política de saúde pública. Graças a Deus, a lei nº 8080 está presente e respalda isso. A questão da minha fala não se diz a conselheira que eu deva concordar com a boiada. Não estou a favor de A ou B. Estou observando a entidade hospital São Vicente, que durante cento e vinte e dois anos atuou no Município, contribuindo para o progresso do nosso hospital São Vicente, mas que agora não tem mais utilidade. Em outras palavras, vamos terceirizar ou quarterizar o serviço de saúde para uma OS. Em Jundiaí, parece que tudo está perfeito, tudo lindo e maravilhoso, mas na realidade, enfrentamos inúmeros problemas, como em qualquer outra cidade. A responsabilidade não é de ninguém. A culpa sempre recai sobre quem foi embora. Deixo claro que, se depender deste conselheiro, não estarei envolvendo ninguém além de mim na defesa da entidade e da continuidade do seu trabalho para o Município. Eu defenderei e não concordarei com o método de trabalho adotado pela atual gestão, que certamente afetará o usuário e o funcionário do hospital. Não havendo mais dúvidas, **iniciando a votação da Prestação de Contas do 3º quadrimestre de 2024:** Adilson aprova, Maria Cleusa aprova, Cleber aprova, Clodoaldo reprova, Ivete aprova, Wilson reprova, Agostinho aprova, Thaiza reprova, Matheus aprova, Alexandre aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Andrea aprova e Clóvis aprova, totalizando: 12 votos de aprovação, 3 votos de reprova, porque um voto foi pedido de vista do conselheiro Wilson, sendo assim, a prestação de contas do 3º quadrimestre de 2024 é aprovada. **Iniciando o quinto item de pauta:** Deliberação do convênio dos PAs (Central, Retiro e Hortolândia). Sr. Amauri Liba esclarece que a proposta de vigência é de 01/02/2025 a 31/01/2026, com o PA Central 24h custando R\$ 2.924.730,55, o PA Retiro 12h R\$ 674.706,85 e o PA Hortolândia 24h custando R\$ 1.917.101,49. Foi necessário um aumento de 22,33%, composto de 16 % justificado pelo aumento de produtividade, de RH e plantões médicos, mais 6% de correção pela inflação do período, que a inflação pela FIPE SAÚDE foi de 11,60%, no período de 18 meses e no PA Hortolândia, também se fez necessário um acréscimo para manter o atendimento 24 horas. Realizamos uma reunião com a prefeitura para esclarecer as diferenças de valores, houve um aumento nas metas e entendemos

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 7 de 10</i>	

249 que, com o crescimento dos convênios privados, a população se torna mais dependente do poder
250 público. Houve a adição de uma cláusula pelo hospital, que basicamente estabelece que caso amanhã
251 seja decidido pela rescisão do contrato de convênio dos PAs, esse fundo de reserva, é porque o hospital
252 não tem como rescindir os funcionários. Portanto, essa cláusula requer a aprovação da municipalidade
253 e essa cláusula está sendo debatida com a prefeitura para se ajustar ao que for viável. No entanto, deixo
254 claro que, mesmo com a expiração do convênio em 31 de janeiro, o hospital São Vicente se compromete
255 a prestar assistência integral à população, portanto, não haverá falta de assistência à população. E todos
256 os recursos utilizados no convênio são declarados. Sra. Maria Cleuza diz que, apesar de tudo isso, não
257 presenciou nenhum momento deles prometendo a retirada de verba, mas sim documentos que
258 mencionam as dívidas. Esclareço que houve dispensas de funcionários no hospital com mais de vinte
259 anos de trabalho, foram gastos altos valores com as indenizações e eram excelentes colaboradores. A
260 população precisa de assistência, e apenas alguns chefes são suficientes. Gostaria que durante esses 90
261 dias não houvesse a remuneração, para que a prefeitura possa levantar todos os setores do hospital. A
262 transição não foi realizada como deveria ter sido feita. Existiram problemas políticos e empregados
263 foram ameaçados. Solicito uma extensão de 90 dias, pois eles valorizam o trabalho realizado pelo
264 hospital. Mas o dinheiro que entra é da Administração Municipal e necessita de fiscalização. Sra. Thaiza
265 diz que o assunto foi amplamente debatido em algumas comissões do Conselho Municipal, mas no
266 momento, não estamos tendo acesso aprofundado às informações requeridas e essenciais para que
267 possamos realizar uma avaliação. É necessário compreender a razão para o aumento de quase 30% no
268 valor. A situação financeira real do Município é preocupante, acredito que já passou da hora de declarar
269 estado de calamidade na área da saúde. Porque não é simples o que estamos passando, estamos
270 acolhendo casos de pacientes com câncer crônico. Pacientes com doenças degenerativas sendo
271 devolvidos da especialidade para a porta da Unidade Básica de Saúde. Aproveito a sugestão da
272 Conselheira Cleuza e solicito que não seja aprovado esse acréscimo e que a prorrogação seja mantida
273 no valor atual. Nos próximos 90 dias, espera-se que o hospital forneça todas as informações necessárias
274 sobre os contratos. Asseguro a vocês. O tema será analisado pelas comissões de relacionamento e
275 orçamento do Conselho Municipal. Acredito que estamos vivendo uma situação extremamente crítica e
276 que não podemos agir de forma irresponsável ao aprovar algo dessa magnitude. Compreendemos a
277 necessidade de apertar o cinto, tentar reduzir ao máximo as despesas para garantir que não haja
278 gargalos, até mesmo o inchaço do RH do hospital precisa ser acessado. Elaborar, debater conjuntamente
279 para gerar economia, a fim de assegurar a prestação do serviço do hospital São Vicente, do atendimento
280 ambulatorial especializado e dos contratos do Samu e Saec. Na minha perspectiva, falta informação.
281 Futuramente, podemos retomar essa discussão. No entanto, neste momento, acredito que seria um
282 tanto irresponsável aprovar. Assim, solicito a prorrogação do contrato atual sem acréscimo. Sr. Wilson
283 solicita a palavra e inicia sua fala que é difícil de compreender, pois várias pessoas na sala estão falando
284 ao mesmo tempo. No entanto, ele diz realmente logo decretará calamidade na saúde, já que não
285 conhecemos os custos do hospital. Porque, ao longo desses três anos aqui, nunca tive acesso as notas
286 das aquisições do hospital. Assim, peço a prorrogação por mais 90 dias e que os profissionais sejam
287 divulgados no site do hospital, já que são pagos com o dinheiro da sociedade de Jundiaí. Isso é
288 necessário, pois a qualquer instante o hospital pode ficar sem fundos, e esses profissionais vão receber
289 o dinheiro que pagamos e o serviço de saúde pode ficar comprometido. Sr. Alexandre pede a palavra e
290 diz foi realizado uma reunião com a Secretaria de Saúde no dia 17/01 e enviamos o plano de trabalho
291 no dia 21/01 e as metas e valores ficou acordado com a prefeitura. Respondendo a fala do conselheiro
292 Wilson no site do hospital, no portal da transparência, estão disponíveis todos os pagamentos que o São
293 Vicente realiza através de todos os convênios. Presidente Clóvis diz que é membro da diretoria
294 estatutária e tenho acompanhado algumas discussões, e alguns tem pressa da mudança. É importante
295 ter bom senso ao acompanhar essas discussões, pois a questão da fiscalização é crucial. Até mesmo o

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	Página 8 de 10	

296 Tribunal de Contas elogia o portal da transparência. Inclusive, é uma oportunidade interessante para
297 conselheiros e cidadãos, tanto para questionar quanto para provocar, até mesmo judicialmente. É o
298 início da gestão administrativa e faz parte desejar esta auditoria. **Iniciando a votação da deliberação do**
299 **convênio dos PAs (Central, Retiro e Hortolândia):** Adilson aprova, Maria Cleuza reprova, Cleber aprova,
300 Clodoaldo reprova, Wilson reprova, Agostinho aprova, Thaiza reprova, Matheus aprova, Alexandre
301 aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Andrea aprova, Clóvis aprova. Totalizando: 10
302 votos de aprovação e 04 votos de reprova, pois solicitam a prorrogação do mesmo valor por mais 90
303 dias, sendo assim é aprovado o convênio dos PAs (Central, Retiro e Hortolândia). O presidente Clóvis se
304 ausenta da reunião por causa de um falecimento familiar. Iniciando os informes, Sra. Valéria divulga o
305 calendário das reuniões plenárias para o ano de 2025. Sr. Alexandre comunica que recebeu o ofício
306 número 28/2024 do COMUS, que será respondido ao COMUS. Informa que durante a reunião de
307 qualidade, a conselheira Maria Cleuza solicitou falar sobre o tratamento de pacientes com câncer. Sra.
308 Maria Cleuza diz que tem recebido muitos casos de pacientes que tiveram seus casos agravados devido
309 à demora no atendimento. Ela foi até a Prefeitura e informaram que o recurso destinado à oncologia não
310 foi reduzido. Agora, nossa batalha será por leitos para pacientes com câncer. Sra. Dalva pede a palavra
311 e pergunta se o PA da Vila Progresso será inaugurado. Sr. Alexandre esclarece que, na prestação de
312 contas, apresentamos uma parte da implantação. Agora, estamos aguardando as negociações com o
313 Doutor Adolfo e o Sr. Marcel para prosseguirmos. No entanto, o plano de trabalho foi aprovado e se
314 encontra no hospital. Estamos à espera das próximas etapas e das diretrizes da Secretaria de Saúde. Sra.
315 Dalva pergunta sobre os leitos para pacientes oncológicos no PA Ponte São João e propõe a formação de
316 uma comissão que inclua membros do COMUS e do Conselho Gestor para encontrar uma solução para o
317 tratamento desses pacientes que aguardam cirurgia, pois esses pacientes não estão recebendo o
318 tratamento correto. Sr. Alexandre esclarece que são leitos de observação destinados ao primeiro
319 atendimento, caso seja necessária uma transferência o paciente é encaminhado para o São Vicente.
320 Podemos marcar um horário para você vir ao hospital, pois houve uma reunião no COMUS que discutiu
321 sobre a fila de pacientes oncológicos e cirurgias. Pacientes que se encontram na sala do anfiteatro se
322 identificam: Nelson está com duplo J, Lourival aguarda consulta com urologista, João aguarda ultrassom,
323 Paulo aguarda cirurgia de hérnia. Todos são direcionados para o departamento de ouvidoria, conforme
324 explicado na reunião, não é possível solucionar tais casos na reunião. Sra. Thaiza diz, como conselheira
325 do COMUS, estou disponível para auxiliar vocês. Os conselheiros que estão na sala do anfiteatro podem
326 fornecer meu contato, pois desde que aceitei o convite para uma cadeira em um conselho, minha
327 disponibilidade é pública. Alexandre, solicito que marquemos uma reunião com a Comissão de Políticas
328 de Saúde do COMUS, pois estamos enfrentando problemas no fluxo entre a atenção básica e o
329 atendimento especializado e de urgência e emergência. Se o fluxo estivesse adequado, esses pacientes
330 não estariam presentes na sala hoje. A saúde em Jundiaí atingiu um estado extremamente crítico. Peço
331 que, dependendo da sua disponibilidade ou do Matheus, informe à secretaria de saúde. Tudo o que está
332 sendo exposto aqui é extremamente sério. Sr. Alexandre solicita que Thaiza confirme com a Sra. Giuliana
333 a data reunião e nos comunique. Finalizando a reunião, o vice-presidente Alexandre agradece a todos
334 os participantes e encerrando a reunião às 17h40. Eu, Valéria Cristina de Freitas Abreu, redigi e lavro a
335 presente ata.

Compromissos (pendências):

Jundiaí, 29 de janeiro de 2025.

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 9 de 10</i>	

Assinaturas:

Adilson A. Ferreira Dias Conselheiro Usuário	Maria C. Buoni Cunha Conselheiro Usuário	Cleber R. de Oliveira Conselheiro Usuário	Clodoaldo F. Dias Conselheiro Usuário
Ivete de Campos Conselheiro Usuário	Wilson H. S Conceição Conselheiro Usuário	Lenira F. Soares Supl. Usuário	Cleverson I. Teixeira Supl. Usuário
Isabel M. S. Franco Supl. Usuário	Jose M. de Azevedo Supl. Usuário	Agostinho P. Campos Rep. Micro -Região	Ralf M. de Carvalho Rep. COMUS
Thaiza S. C. P. Soares Supl. COMUS	Camila B. Moreira Rep. Trabalhadores	Selma R. R. de Melo Rep. Trabalhadores	Gabriel Victor Nabas Rep. Trabalhadores
Vanessa C.P. Donadon Supl. Trabalhadores	Cleberson de S. Silva Supl. Trabalhadores	Pedro Nardir Monteiro Supl. Trabalhadores	Beatriz L. de Castro Rep. Assoc. Trab.
Andrea Tropea Supl. Assoc. Trab.	Matheus Gomes Rep. Diretoria HCSVP	Alexandre Mezei Rep. Diretoria HCSVP	Tatiane C. G. Keller Supl. Diretoria HCSVP
Kleber F. Garcia Supl. Diretoria HCSVP	Clóvis W. Fontenla Rep. Dir. Estatutária	Claudio R. Mariano Supl. Dir. Estatutária	Marcel A. de Oliveira Rep. Adm. Pública
Lucimara de L. Mantovani Supl. Adm. Pública	Valeria C. de F. Abreu Secretaria CGHCSVP		

	ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA		
	Conselho Gestor HCSVP	<i>Página 10 de 10</i>	

Clóvis Wilson Fontenla
Presidente do Conselho Gestor
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo